

Do Analógico ao Digital: Democracia, Internet e Orçamento Participativo

Autoria: Julio Cesar Andrade de Abreu

Resumo

O presente artigo versa sobre a temática da participação popular no sistema democrático mediada pela internet. O referencial teórico empregado parte de um quadro que analisa a democracia e o sistema político em uma crise de legitimidade, como afirma Genro (2002). Constata-se sob diversos vieses e teorias que o modelo atual de democracia (representativa liberal) beira o esgotamento (SANTOS, 2002; WOOD, 2003; AVRTZER, 2006; CASTELLS, 2007). São várias denominações, como democracia hegemônica (ROSAS e SANTOS, 2009; SANTOS, 2002; AVRITZER, 1996) e democracia de mercado (RANCIÈRE, 2007) para ilustrar que o atual modelo democrático não responde aos principais anseios da sociedade, seja por estar castrado da dimensão econômica, seja pela incompatibilidade entre democracia e capitalismo (WOOD, 2003). Na contemporaneidade este quadro é agravado pela velocidade e influência das novas tecnologias (CASTELLS, 2007). Uma iniciativa para combater este cenário de insolvência democrática é a participação popular na gestão pública. E um tipo emergente de participação, faz uso das tecnologias para potencializar seus efeitos. Este tipo de participação é reconhecida pela literatura como *e-democracy* ou democracia eletrônica (GOMES, 2007; CUNHA, ALLEGRETTI E MATIAS, 2007). Várias experiências de democracia eletrônica têm sido vivenciadas ao redor do mundo. Um caso recente no cenário brasileiro é o objeto do presente artigo: o Orçamento Participativo Digital. Esta experiência, derivada de uma iniciativa presencial homônima, foi realizada na cidade de Belo Horizonte – MG no ano de 2006 e ainda carece de mais estudos e pesquisas para que se apreenda seu alcance e suas repercussões no cenário democrático. Este artigo busca contribuir justamente neste sentido, identificando e caracterizando esta experiência e seu histórico. Recupera-se uma trajetória que tem no orçamento participativo “presencial”, ou “analógico” seu nascedouro, até chegar a sua versão digital. A metodologia de trabalho utilizada é de estudo de caso único de natureza analítico – interpretativo. Os métodos empregados foram a Pesquisa Documental e a Observação Direta. Foram consultados documentos da PBH sobre o OP Digital (BELO HORIZONTE, 2007; 2008a; 2008b) e foi realizada uma observação direta no site do OP Digital durante o período de 20 de novembro de 2008 a 10 de janeiro de 2009. Foram analisados os canais de participação digital fornecidos pelo site, em especial a ferramenta de “Debate – Opinião do Cidadão”. Após tecer um quadro teórico e descrever a experiência do orçamento participativo digital chega-se a conclusão de que o potencial latente das tecnologias da informação foi apropriado pelo OP Digital. Entretanto alerta-se sobre o risco de se cair em um instrumentalismo destas iniciativas de *e-democracy* fazendo com que, neste caso, mais participação não seja necessariamente mais democracia.

1. Introdução

Com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) várias possibilidades de transformação estão sendo criadas na economia, na cultura e na política da sociedade globalizada (CASTELLS, 2007). Para a democracia em especial, muitas foram as promessas que dão conta de um ressurgimento da Ágora grega onde a participação popular seria algo real. Entretanto diversos são os motivos que impedem este revigoramento democrático, ainda que tecnicamente seja possível imaginá-lo. A dita democracia eletrônica (*e-democracy*) ainda parece algo distante, além de algumas poucas experiências isoladas em alguns países. Um dos motivos para isso seria o fato de que o próprio conceito de democracia representa um campo de fortes disputas ideológicas e que conferem sentido a diversas práticas “democráticas”.

O presente estudo tem por objetivo analisar uma experiência de democracia eletrônica vivenciada em Belo Horizonte – MG. Trata-se do Orçamento Participativo Digital (OPD). Busca-se apreender qual foi a trajetória desta experiência de *e-democracy* desde seu formato “analógico”, através do orçamento participativo tradicional, até sua formatação “digital”. Na atualidade ambas as modalidades de participação democrática (orçamento participativo digital e tradicional, ou regional) são empregadas de modo conjunto pela prefeitura local. O que se pretende com esta análise é compreender a evolução histórica desta experiência, suas características e de que forma ela contribui com o atual debate sobre democracia eletrônica e sobre a democracia de um modo mais amplo.

Para tanto o artigo encontra-se organizado do seguinte modo: uma primeira sessão realizará uma breve reflexão teórica sobre a democracia representativa, a crise de legitimidade do sistema político e a emergência do debate sobre a democracia participativa e modalidades de participação eletrônica (*e-democracy*). Em seguida será apresentada a trajetória da experiência mineira do Orçamento Participativo Digital. De foro mais descritivo, este tópico tem por objetivo resgatar o histórico desta experiência digital visitando sua gênese no OP “presencial”, destacando suas características e principais números que envolvem esta tecnologia de participação. Finalmente o último tópico buscará promover um diálogo entre as duas sessões anteriores, ocasião em que a prática será lida à luz da teoria.

A metodologia de trabalho utilizada é de estudo de caso único de natureza analítico – interpretativo. Os métodos empregados foram a Pesquisa Documental e a Observação Direta. Foram consultados documentos da PBH sobre o OP Digital (BELO HORIZONTE, 2007; 2008a; 2008b) e foi realizada uma observação direta no site do OP Digital durante o período de 20 de novembro de 2008 a 10 de janeiro de 2009. Foram analisados os canais de participação digital fornecidos pelo site, em especial a ferramenta de “Debate – Opinião do Cidadão”.

2. Democracia e Participação no Contexto Eletrônico: O Desgaste do Modelo Representativo e a Emergência de Modelos Alternativos

Constata-se sob diversos vieses e teorias que o modelo atual de democracia (representativa liberal) beira o esgotamento (SANTOS, 2002; WOOD, 2003; AVRTZER, 2006; CASTELLS, 2007). São várias denominações, como democracia hegemônica (ROSAS e SANTOS, 2009; SANTOS, 2002; AVRTZER, 1996) e democracia de mercado

(RANCIÈRE, 2007) para ilustrar que o atual modelo democrático não responde aos principais anseios da sociedade, seja por estar castrado da dimensão econômica, seja pela incompatibilidade entre democracia e capitalismo (WOOD, 2003). E aqui, hegemonia, no sentido gramsciano é compreendida como direção e consenso.

Para Oliveira (2001) a democracia representativa é insuficiente para dar conta da separação que existe entre governantes e governados na atualidade. Na visão do autor o atual modelo democrático favorece nitidamente uma classe social uma vez que “essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum” (OLIVEIRA, 2001, p.14)

Um sinal de desgaste é percebido quando a democracia, que deveria ser um processo dialógico, é cooptada por uma lógica utilitarista que aprisiona todas as dimensões da sociedade (FREITAG e ROUANET, 2001). Em um movimento hegemônico, um grande consenso social é formado, e em alguns casos este se transforma em resignação diante da impotência frente ao sistema (ROSAS e SANTOS, 2009). O movimento contra-hegemônico, vivo principalmente em organizações e movimentos populares de base, busca alternativas para a democracia de mercado. Estes movimentos juntamente com o pensamento crítico da academia, sem dúvida, suscitam questões de fundo, mais profundas, como por exemplo, as indagações sobre a “compatibilidade” entre uma democracia de não-mercado, ou seja, fundamentada em outra lógica, que não a estritamente mercadológica, unidimensional como advoga Guerreiro Ramos (1989) e uma sociedade de mercado. Visto de outro ângulo: não seria necessário uma sociedade de não-mercado para implantar, viabilizar, realizar uma democracia de não-mercado? Em outras palavras, uma democracia de não-mercado é viável em uma estrutura de mercado? Ou estaremos apenas restritos à fazer ajustes, aparentemente democráticos, na democracia de mercado? Todos estes questionamentos conduzem a uma reflexão mais aprofundada sobre o desgaste do atual modelo democrático, e expressam de modo latente, que este é um campo de pesquisa efervescente.

Uma proposta que emerge como resposta contra-hegemônica é o orçamento participativo (SANTOS, 2002; AVRTZER, 2006; MARQUETTI et al, 2008), enquanto experimentação para uma nova democracia, uma democracia participativa. Uma das propostas dos movimentos contra-hegemônicos é a criação de mais canais de participação para interferência na agenda pública, numa clara tentativa de equilibrar o jogo de forças políticas e compartilhar (ainda que parcialmente) o poder (MARQUETTI et al, 2008). Deve-se destacar, entretanto que como afirma Wood (2003), o sistema capital é intrinsecamente desequilibrado, desigual e injusto. Uma linha de pensamento mais crítica (ABREU, 2009) em relação às experiências participativas alerta para o fato de que as forças hegemônicas buscarão sempre abafar os movimentos de busca de equilíbrio ou, então, se eles são permitidos, tolerados, é porque não abalam o sistema hegemônico. Esta visão colabora com a relevância de se estudar experiências diversas de democracia eletrônica e suas variações em tão desgastado cenário da democracia representativa (GENRO, 2002).

O cenário de esgotamento da democracia hegemônica sofreu uma aceleração sob a revolução informacional (LOJKINE, 1999; 1995). Com o avanço das TICs e em especial a internet, novas questões foram postas para debate (CUNHA, ALLEGRETTI E MATIAS, 2007). A internet enquanto ferramenta de comunicação é capaz de fornecer respostas contra-hegemônicas para o dramático caso de insolvência democrática? A sociedade civil

organizada pode se valer da internet para confecção de novos canais de participação democrática? Que alternativa os governos populares podem encontrar para viabilizar a democracia participativa através da internet? A emergente *e-democracy* é realmente uma democracia radical e contra-hegemônica? São alguns questionamentos possíveis neste cenário sobre democracia no contexto digital. Algumas pesquisas como Pinho e Winkler (2007) e Pinho (2008) sugerem que se deve observar além do viés tecnológico, advogando que “o problema aqui não é de tecnologia, mas de cultura política, de desenvolvimento político. Assim, temos muita tecnologia, ainda que ela possa e deva ser ampliada, mas pouca democracia, pois a tecnologia que poderia ser usada para o aperfeiçoamento democrático não é mobilizada nesse sentido” (PINHO, 2008, p.492).

Ao se visitar a literatura sobre democracia eletrônica e participação social (*e-participation, e-government, e-democracy e e-citizen*) constata-se uma gama de estudos sobre a internet, enquanto objeto de investigação. Os pesquisadores se dividem em três grupos: os entusiastas, os pessimistas e os que imputam ao projeto de participação eletrônica as características que a ferramenta *on-line* irá possuir. Gomes (2005) corroborando com Dahlgren (2001), afirma que hoje as pesquisas devem deixar de lado o quanto antes a perspectiva do diagnóstico. Isso porque os pesquisadores ainda não produziram reflexões suficientemente elaboradas e coesas que apóiem os trabalhos na área, como defende Gomes (2007b) ao criticar a frágil fundamentação teórica nos estudos de *e-democracy*, principalmente no que tange a compreensão da democracia. E como afirmam Lilliker e Jackson (2004, p.2) “*academic commentators are only slowly building theories to help explain what influence the Internet has, or might have, on political systems and society.*”

Desta relação entre a democracia e o digital se originaram vários termos¹ como *e-democracy, cyberdemocracy, eletronic democracy e virtual democracy*. Em língua portuguesa as expressões são igualmente ricas como democracia digital, virtual, teledemocracia, democracia eletrônica entre outros. O debate sobre democracia, política e sua relação com as TICs tem permeado grande parte da literatura sobre ciberespaço e política, principalmente a partir da década de 90 (SILVA, 2006). Entretanto, este crescimento ainda carece de uma base metodológica e de fundamentos teóricos mais rígidos, como defende Gomes (2007) e mesmo Silva (2006), que afirma que “apesar do crescimento de estudos empíricos desta natureza, ainda não há clareza quanto às especificidades teóricas e caminhos metodológicos que devem balizar o estudo de aspectos da democracia digital” (SILVA, 2006, p.1).

O termo “democracia” dentro da “democracia digital” é compreendida de acordo com a abordagem adotada. Dentro de uma visão mais mecanicista (ou factual como prefere nomear GOMES, 2007) a *e-democracy* é apenas uma digitalização dos processos democráticos. Seria a forma de democracia que se pratica usando os instrumentos digitais. Nesse sentido, o voto eletrônico é uma manifestação inequívoca da *e-democracy*. Mas isto é muito pouco, é apenas um momento, ainda que supostamente sublime da vida democrática. Pensando-se em democracia digital deve-se pensar na utilização *ad nauseum* de todos os recursos digitais para a construção de um novo patamar de democracia, contemporâneo por excelência. Uma vez admitida a idéia de que um estado é democrático, supõe-se, nesta abordagem, que todas as iniciativas empreendidas que façam referência a democracia e às TICs são *e-democracy*. Logo, transparece a visão de que um estado sendo democrático todas suas instâncias processuais, de justiça e de governo são democráticas, de

tal modo que os dispositivos digitais conduziram a democracia digital. Contrapondo-se a esta visão existe uma idéia prescritiva, vinculada aos modelos de democracia. Tal visão sustenta que a e-democracy não é toda e qualquer iniciativa eletrônica dentro de um ambiente democrático, mas admite somente aquelas iniciativas voltadas para a promoção de um ambiente participativo ou que visem recuperar ou corrigir o déficit democrático de uma dada sociedade (GOMES, 2007). Subirats (2002, p.1) advoga que existem três possibilidades para as TICs em relação à democracia “*pueden agravar los problemas que hoy presenta la democracia parlamentaria, pueden ayudar a solucionar o superar esos problemas, o pueden crear problemas nuevos que las propias TIC no sean capaces de resolver*”.

Esta dicotomia que está presente na própria conceituação é refletida em alguns trabalhos da área. Para um grupo de pesquisadores (GUGGENBERGER, 1999 e WINKEL, 2001 apud REZENDE, 2006; ECO, 2006) a internet poderia afundar as pessoas em um mar de informações que causariam prejuízos a prática cidadã, corroborando com esta visão Rothberg (2008, p.3) afirma que “a internet já foi considerada um fator potencialmente prejudicial ao processo de formação da consciência sobre questões políticas”. Eco (2006) ⁱⁱ, afirma que com a internet “você dispõe de toda a informação, mas não sabe qual é confiável e qual é equivocada. Essa velocidade vai provocar a perda de memória.”

Um segundo grupo vê a internet de modo otimista (RODGERS, 2003; LEVY, 2003; STONE, 1996 e COLEMAN, 2001 apud LILLIKER e JACKSON, 2004) vislumbrando uma revolução nos processos democráticos via internet. Rodgers (2003 apud LILLIKER e JACKSON, 2004, p.2), por exemplo, argumenta que “*the Internet could break down state boundaries and unify the people of the world within a new anti-state terrain.*”

Um terceiro grupo se afasta das dicotomias entre apocalípticos e integrados e adota um discurso mais sóbrio e menos romantizado (GOMES, 2007 e 2005; HACKER, 2004; SILVA, 2006; ROTHBERG, 2008). Defendem que a internet é apenas uma ferramenta e como tal, depende de quem a maneja para conferir determinado caráter a sua ação. Santos (2002) reforça que a democracia digital pode contribuir com as práticas participativas, desde que sejam claramente definidos os objetivos e desenhos de tais práticas. Ou seja, os projetos de *e-democracy* podem tanto contribuir para a emancipação das pessoas como aprofundar ainda mais a exclusão social. Gomes (2007), contudo, alerta para o grave problema teórico que é vislumbrar uma democracia eletrônica que suprima o estado, como afirmou Rodgers (2003 apud LILLIKER e JACKSON, 2004) e como defendem algumas correntes participacionistas. É inegável a contribuição de tais correntes de pensamento que demandam mais participação popular através da internet, mas ao mesmo suprimir o estado e tentar um “*new anti-state terrain*” (RODGERS, 2003, p.2) em suas teorizações elas cometem um equívoco.

Gomes (2007) diz que separar o povo (*demos*) da democracia é tão descabido quanto ignorar o *krátia* (governo, poder). Uma visão só faz sentido junto a outra. Em termos de disputa hegemônica a democracia atual no cenário brasileiro funciona sem o povo, à exceção do dia da votação. Tem-se a impressão que somente no dia do sufrágio universal é que o *demos* e o *krátia* são integrados. Após isso o *demos* segue sua vida e o *krátia* também segue a sua, se não totalmente separados ao menos desinteressados uns pelos outros. Em democracia não há o tratamento do termo sociedade, se não sociedade civil. Sociedade civil (não no sentido gramsciano) que é um termo muito empregado na área da teoria política tem na expressão “civil” um grande peso teórico e etimológico. Civil

vem de *civis*, cidadão. Gomes (2007) afirma que o *civis* não é simplesmente o morador (*incola*) da cidade (*urb*), mas sim a contraparte da *civitas*; a cidadania, a *civitas* não é neste sentido uma circunstância, mas um status. A *civitas* e o *civis* se completam e se explicam.

Quando se fala em democracia eletrônica (ou mesmo qualquer outra temática que envolva a democracia) não faz sentido deixar de lado as dimensões *civis* e *civitas*. Esta é uma limitação da argumentação participacionista que se refere Gomes (2007). Para Santos (2002) a superação de um modelo esgotado de democracia, que supere as dicotomias entre o *civis* e a *civitas* e entre o *demos* e o *krátia*, deve buscar necessariamente, rever o status decisional, a chamada tecnoburocracia da agenda pública (de cima para baixo, centralizado, excessivamente técnico-burocrático), o procedimentalismo (que foca basicamente no sufrágio universal, que deveriam ser estendidos para outras searas da administração pública) e o controle (que é focalizado em aspectos extremamente técnicos e é limitado por um burocracia rígida). Para Santos (2002) pensar o revigoramento burocrático, significa contrapor a tecnoburocracia pela tecnodemocracia (combinação de critérios técnicos decisórios com a opinião popular), o procedimentalismo pelo participacionismo (deixar que os cidadãos decidam sobre o formato de participação, e se integrem nos negócios da coisa pública para além do voto periódico) e ampliar o controle social. Gomes (2007) defende que a teoria política oferece alguns aportes que exibem o desencaixe entre o estado e a sociedade.

Como se pode perceber o debate sobre a democracia no contexto eletrônico suscita muitas visões, muitos aspectos e muita riqueza em termos de diversidade de idéias. Em contrapartida, ainda são escassas as respostas e o aporte decisivo deste campo de pesquisa. Este tópico serve como exemplo do atual estado desta seara de debate: Muitas questões de grande profundidade e respostas ainda em curso, em construção. Tal situação de amplo debate teórico, muitos questionamentos e poucas respostas é extremamente convidativa para olhar a realidade, o empírico, a prática.

Uma experimentação democrática recente sugere uma hibridação entre tecnologias da informação e tecnologias de participação: o OP Digital que a cidade de Belo Horizonte – MG implementou em 2006. Esta iniciativa é considerada um exemplo de *e-democracy*. Na primeira votação pelo sistema do OP Digital a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) registrou mais de 172 mil participantes. Ao se observar o volume de participação do OP Tradicional, presencial, constata-se a participação de aproximadamente 38 mil pessoas no mesmo período (CUNHA, ALLEGRETTI E MATIAS, 2007). É um alargamento quantitativo inquestionável. O que é passível de questionamento e chama a atenção é a qualidade desta participação digital. O governo municipal divulga que esta iniciativa é um meio de fortalecimento democrático e que estimula a participação e a cidadania (BELO HORIZONTE, 2008), fundamentando este argumento principalmente nos números do OPD. Para conhecer melhor esta iniciativa tão recente, é necessário conhecer toda sua trajetória, desde o formato exclusivamente “analógico” ao formato “digital”. Nos próximos tópicos esta trajetória será deslindada, onde será apresentado o histórico do OP no Brasil, suas diversas fases e características, desembocando no caso de Belo Horizonte - MG.

3. Orçamento Participativo: Caracterização e Histórico

O Brasil tem se destacado na busca por um aprofundamento da democracia no cenário contemporâneo, dominado pelo modelo democrático hegemônico, ou seja, da

democracia representativa (MARQUETTI et al, 2008). Este aprofundamento ocorre por meio de vários experimentos democráticos, onde o mais pesquisado e conhecido é o Orçamento Participativo (OP). O OP é um arranjo institucional que amplia as possibilidades de participação política. Outra característica do OP é a criação de uma verdadeira arena pública para o debate e a negociação, que na visão de Marques et al (2006) se constitui em uma arena de disputa entre interesses hegemônicos e contra-hegemônicos. Na visão de Avritzer (2000 *apud* SANCHEZ, 2005, p.25),

[...] a proposta de orçamento participativo foi gerada na intersecção entre sociedade civil e administração estatal, o que possibilitou que a identificação de um tema contencioso – no caso o orçamento – fosse transformado em uma proposta de participação dos atores comunitários na elaboração do orçamento.

O instrumento do OP tem sido implantado em vários municípios ao longo dessas duas últimas décadas e enquanto uma tecnologia de participação (NUNES, 2006) possui uma metodologia que varia de acordo com a realidade de cada município. Não existe um formato padrão. Em linhas gerais, no entanto, a maioria das experiências segue uma série de eventos encadeados “considerando-se a etapa de elaboração, a discussão do orçamento popular, sua apreciação, execução e avaliação” (GONÇALVES, 2005, p.47). Tal seqüência de eventos é realizada normalmente através de assembleias populares, aberta à participação direta de todos os cidadãos e cidadãs; fóruns onde a participação acontece através de delegados eleitos pelos participantes da assembleia e plenárias com a participação aberta a todos municípes.

O presente tópico fará uma recuperação da trajetória do OP na literatura sobre esta temática destacando todas suas fases históricas. Alerta-se para o fato de que esta parte do trabalho tem um caráter propositalmente mais descritivo, para situar o leitor acerca desta experiência democrática, e também servir de base para o diálogo com a teoria na sessão seguinte.

3.1 Histórico da Experiência do Orçamento Participativo

A literatura sobre OP aponta para ao menos três grandes fases. A primeira, que conta com algumas experiências precursoras onde o nome “orçamento participativo” ainda não é utilizado, será denominada de fase de experimentalismo e vai do final da década de 60 até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A segunda fase será aqui denominada de “consolidação”. Refere-se ao período de 1989 a 1992 onde o Partido dos Trabalhadores (PT) vai empreender uma série de iniciativas, já nomeadas de orçamento participativo, em parte das 36 prefeituras que conquistou nas eleições de 1988 (PIRES, 2001).

A terceira fase, denominada de “proliferação” remete ao período de 1993 a 2000 é “caracterizada pela ampliação do número de protagonistas, incluindo prefeituras petistas e não petistas, além de iniciativas tomadas por entidades e organizações não-governamentais” (PIRES, 2001, p.18).

A última fase remete ao período de 2001 até os dias atuais. Trata-se de um momento de reflexão da experiência onde vários estudos avaliativos dos mais diversos matizes estão realizados e novas experiências despontam, como por exemplo, a hibridização do OP com as TICs gerando o Orçamento Participativo Digital. Com isso questiona-se se esta nova e atual fase poderia ser classificada como “digitalização” deste experimento participativo. A

seguir serão detalhas as quatro fases.

3.2 Primeira Fase: Experimentalismo

Esta primeira fase acontece em um período de repressão e luta pela liberdade política que fora cerceada pela ditadura. A maioria dos trabalhos acessados para compor esta revisão de literatura afirma que as experiências precursoras do OP ocorreram nas cidades de Lajes (SC), Boa Esperança (ES) (PIRES, 2001; GONÇALVES, 2005; FEDOZZI, 2007; SANCHEZ, 2002, PIRES, 2000).

Entretanto, em recente seminário realizado na cidade baiana de Feira de Santana foi exposta a iniciativa de Chico Pinto, prefeito eleito pelo voto direto em 1962 que realizou uma política similar ao OP aproximando os cidadãos e as cidadãs da administração pública (mesmo contrariando a Câmara de Vereadores e os interesses econômicos da época).

Somadas as experiências de Feira de Santana (BA), Lajes (SC) e Boa Esperança (ES) têm-se o primeiro bloco de iniciativas que serviram de base precursora do atual OP. O momento em que elas ocorreram é caracterizado por uma oposição ao regime militar que vai se agravando até culminar no movimento “Diretas-Já” e com a Constituinte de 1988 (PIRES, 2001). Segundo Pires uma pressão de cunho municipalista estava ganhando força e vinha cada vez mais

[...] reivindicando maior poder e mais recursos para os governos locais. Num contexto de forte centralização dos recursos e do poder, o espaço local e a proximidade com os cidadãos tornaram-se ingredientes importantes para manter a esperança e para vislumbrar alternativas, num tempo de dificuldades econômicas e de crise urbana. A partir disso e de amplas mobilizações de rua, permeadas por manifestações populares pontuais (contra o desemprego, contra a dívida externa, pela reforma agrária, greves etc.), a idéia e a prática da participação vão sendo resgatadas do fundo do escuro poço em que fora lançada por anos de repressão à liberdade de expressão e de manifestação política (PIRES, 2001, p.19)

As experiências deste primeiro período podem ser consideradas uma manifestação de rejeição e resistência ao regime militar.

3.3 Segunda Fase: Consolidação

Esta segunda fase remete ao período de 1989 a 1992 e é chamada por alguns autores de fase *petista* (PIRES, 2001). De fato nesta fase o PT conquistara a maior quantidade de prefeituras de sua história até aquele momento. Este partido fundado em 1979, com forte caráter ideológico estava começando a deixar de ser “nanico”. Segundo Pires (2001, p.20) o PT contava

[...] com uma militância mais orgânica do que a média dos demais partidos, imprime um “modo de governar” que torna-se sua marca: chamando a população para decidir junto, visando “desprivatizar o público”, combater a forma elitista tradicional de governar. O Orçamento Participativo ganha destaque neste ideário e nas decisões de governo.

Para Sanchez (2005, p.20) o PT contribuiu fortemente para a consolidação de uma cultura participativa. O “modo petista de governar” e a tradição programática no partido fizeram com que naquelas circunstâncias o OP fosse aplicado em várias cidades administradas pelos petistas fazendo a aplicação da chamada “inversão de prioridades”. São deste período as experiências de Porto Alegre – RS (uma das mais conhecidas), Ipatinga e

Betim em Minas Gerais, Santo André, Piracicaba, Jaboticabal e São Paulo e Santos no estado de São Paulo.

Neste período, segundo Sanchez (2005) ocorreram a crise do Estado desenvolvimentista, a crise a ditadura militar e o crescimento de uma grande gama de forças sociais e políticas (ala progressista da igreja através da Teologia da Libertação, várias redes de movimentos sociais e o movimento sindical) que se integraram ao PT. Deste modo as iniciativas petistas se diferenciaram das demais experiências precursoras por dois motivos na visão de Pires (2001): o primeiro seria que o orçamento municipal passou a catalisar a participação popular focado em objetivos de curso prazo; o segundo seria o caráter ideológico destas iniciativas que era lido pela opinião pública, pela militância, pelos eleitores com uma ação baseada no discurso socialista.

Para Fedozzi (2007) neste período o OP se consolidou como uma marca do “modo petista de governar” e ganhou notoriedade, inclusive internacional (principalmente pela experiência de Porto Alegre – RS). Porém como admite Pires (2001) ainda que a participação política e o sentimento anti-ditadura estivessem impregnados nesta iniciativa, isso não foi o bastante para extrapolar esta experiência para além das prefeituras petistas neste período. E isto, de certo modo, “forçou inclusive o PT a abrandar seu discurso, apesar das facções marxistas-leninistas por ele abrigadas” (PIRES, 2001, p.21).

3.4 Terceira Fase: Proliferação

Nesta fase, que vai de 1993 a 2000, o volume de pesquisas acadêmicas e matérias jornalísticas sobre a metodologia do OP fez com que o mesmo ganhasse grande visibilidade (inclusive internacional). Além disso, o PT valendo-se da experiência acumulada das iniciativas do período de 1989 a 1992 expande o OP para outras cidades. Algumas experiências se consolidam, outras fracassam. Neste momento se percebe que além do Partido dos Trabalhadores, outras siglas começam a adotar o OP, inclusive o (antigo) PFL (Partido da Frente Liberal) o que demonstra a proliferação desta experiência.

Avritzer (2009) demonstra a evolução numérica do OP no Brasil e a relação com as administrações petistas, podendo-se constatar que no período final analisado a hegemonia da experiência já havia saído das mãos petistas:

Tabela 1: Número de casos no OP no Brasil

Período	N.º de casos	% PT
1989 - 1992	13	92%
1993 - 1996	53	62%
1997 – 2000	120	43%

Fonte: AVRITIZER, 2009.

Os principais fatores que explicam esta fase são segundo Pires (2001): a percepção de que a participação popular era um atributo advindo da carta Magna de 1988; o controle social sobre a gestão da coisa pública, o que evitaria corrupção e mau uso do dinheiro público; o incentivo de agências internacionais como ONU e o Banco Mundial; a melhoria das políticas públicas e o sucesso eleitoral oriundos do exemplo de Porto Alegre.

A disseminação das experiências do OP trouxe uma grande diversidade para o cenário participativo. Inovações metodológicas e novos critérios técnicos surgiram. Para

Sanchez (2005), entretanto, algumas características comuns se acentuaram, o que deu contornos mais definitivos para esta experiência democrática, quais sejam: (a) participação aberta a toda população sem criação de nenhum diferencial entre eles ou distinção que limite sua ação ou forneça maior peso em suas ações; (b) uma combinação entre democracia representativa e direta onde os próprios participantes definem as regras e a dinâmica interna do OP; (c) uma combinação entre critérios técnicos e a percepção da população para a tomada de alguma decisão, deixando de lado a exclusividade de critérios técnicos relegados à um corpo burocrático e especialista.

O número de casos de aplicação do OP continua crescendo. Segundo Avritzer (2009) no período de 2001 a 2004 foram registrados 190 casos e no período de 2005 a 2008 foram 201 casos. Isso mostra a clara tendência de ampliação desta prática de participação popular.

3.5 Quarta Fase: Redefinição e Digitalização?

No período de 2001 até os dias atuais vários estudos foram realizados e segundo Avritzer (2009, p.19) desde 2004 “assistimos a um momento de redefinição do OP”. Este processo teve início com a derrota do PT ao governo municipal de Porto Alegre e de São Paulo em 2004. Avritzer (2009, p.19) defende que

Progressivamente, [o OP] parece assumir um lugar de potencializador de políticas participativas em cidades governadas por partidos de esquerda, em particular em áreas voltadas ao acesso à infraestrutura da população de baixa renda

Estas características têm sido percebidas principalmente em cidades de médio porte com boa capacidade administrativa e tributária. Estudos sobre o perfil dos municípios que utilizam o OP (FEDOZZI, 2007; GONÇALVES, 2005; AVRITZER, 2009) apontam cidades com mais de 100 mil habitantes, com uma sociedade civil relativamente organizada e normalmente governadas por partidos de esquerda, não necessariamente o PT.

Outro ponto que é percebido nesta quarta fase é a desconcentração das experiências do OP das regiões sul e sudeste do país. Cada vez mais cidades da região nordeste adotam o OP. A evolução de casos de orçamento participativo por região pode ser vista na tabela a seguir.

Tabela 2: Porcentagem de experiências do OP por Região

	Períodos		
	1997-2000	2001-2004	2005-2008
Norte	2,5%	5,5%	8,5%
Nordeste	14,2%	22,6%	22,4%
Sul	39,2%	22,6%	21,9%
Sudeste	41,7%	45,2%	41,3%
Centro-Oeste	2,5%	4%	6%

Fonte: AVRITZER, 2009.

Nesta fase se encontram os primeiros movimentos, no cenário brasileiro, de hibridização do OP com as tecnologias da informação e da comunicação. Diversos autores apontaram esta tendência (SANTOS, 2002; DUTRA e BENEVIDES, 2001; SANCHEZ, 2005). Para Cunha, Allegretti e Matias (2007, p.6)

[...] a “gramática” das relações entre OPs e TICs tem privilegiado uma posição “subordinada” das tecnologias, face a possibilidades de gastar energia e recursos (humanos e econômicos) na ativação de métodos “quentes” de interação entre

atores territoriais. Consideradas como um “meio frio” de interação (a par dos referendos ou das pesquisas por questionário ou telefone), as TICs têm sido relegadas à esquina dos processos participativos, sendo as suas propostas submetidas a um controle posterior por parte das assembleias presenciais

Dutra e Benevides (2001) defendem que o uso de novas tecnologias é uma tendência dada a necessidade de ampliar o OP para outras instâncias além dos municípios (como os estados por exemplo). A criação de arenas virtuais de debate poderia, na visão dos autores, abarcar mais pessoas para o processo participativo, onde a tecnologia serviria a democracia:

A informatização, a ciência e a tecnologia podem ser postas a serviço da democracia, possibilitando que muito mais pessoas participem intensamente do processo, independente de estarem ou não no local da assembleia. Mas é importante não perdermos o caráter da participação a mais direta possível e o valor da convivência comunitária. (DUTRA e BENEVIDES, 2001, p.35)

Para Boaventura de Sousa Santos (2002) as tecnologias da informação e os processos de democracia eletrônica devem ser empregados para a criação de “custos diferenciados de participação” (SANTOS, 2002, p.550). Segundo o autor “a introdução de referendos e o uso da democracia eletrônica (via internet) podem ser uma solução, desde que se determine o tipo de objetivos destas formas mais individualistas e menos intensas de participação” (SANTOS, 2002, p.550). Ou seja, a combinação de tecnologias de participação (como o OP) com as TICs seria necessária, na visão de Santos (2002) para que se diversifiquem os canais participativos uma vez que com o crescimento e o reconhecimento da eficácia o OP ocorreria um aumento no volume de participação da população. Certamente o emprego de canais diferenciados poderia atender a uma demanda crescente por participação nos assuntos públicos (SANTOS, 2002).

Sanchez (2005, p.56) destaca que é

[...] necessária a articulação entre diferentes esferas de ação política em favor da participação democrática: de um lado a eficiência dos processos de tomada de decisão através da universalização do acesso às tecnologias de informação e de conhecimento; de outro lado, a intensificação, extensão e diversificação do uso de mecanismos participativos no processo de tomada de decisões públicas.

Em 2001 na cidade de Ipatinga – MG foi criado o Orçamento Participativo Interativo (FARIA e PRADO, 2003) que tornou possível a indicação de obras prioritárias para a cidade através de voto eletrônico via o site do orçamento participativo. Segundo os autores

[...] mais do que identificar, sugerir e indicar investimentos prioritários, a população de Ipatinga pode acompanhar todo o processo, da licitação até a execução final, podendo assim cobrar maior eficiência administrativa, caso alguma obra esteja com problemas (FARIA e PRADO, 2003, p.14)

A apropriação de informações para a participação popular é fundamental para uma prática mais intensa do OP. Segundo Farias e Prado (2001, p.11) o OP Interativo de Ipatinga consegue ser inovador neste aspecto:

Acesso significa a possibilidade de consultar ou adquirir informações governamentais eletronicamente; acessibilidade significa a facilidade com que alguém pode fazer uso da possibilidade de consultar informações governamentais eletronicamente. Em ambos os aspectos o Orçamento Participativo Interativo de Ipatinga é inovador.

Na esteira da inovação de Ipatinga, Belo Horizonte desenvolveu em 2006 o OP Digital. Segundo Cunha, Allegretti e Matias (2007) a Internet era utilizada em Belo

Horizonte até 2006 para divulgação de informações e mapas de obras realizadas pelas modalidades presencial do OP. A partir de 2006 os municípios puderam escolher algumas obras pré-definidas pela prefeitura em conjunto com a COMFORÇA (o conselho de delegados do OP). Ainda não existem muitos estudos profundos sobre esta experiência, mas nota-se uma forte ampliação quantitativa na participação mediada pela internet. Estas duas iniciativas em cidades mineiras convergem com a visão de vários autores (SANTOS, 2002; CUNHA, ALLEGRETTI e MATIAS, 2007; SANCHEZ, 2005; DUTRA e BENEVIDES, 2001) que defendem o uso conjunto do OP presencial e virtual. Seria este o início de uma redefinição desta experiência e começo de uma fase “digital” na história do OP?

4. Gênese do OP Digital em Belo Horizonte

O OP Digital consiste de um processo de votação através da internet e do telefone (ligação gratuita) em obras de médio porte para a cidade. Só podem votar os cidadãos e cidadãs maiores de 16 anos com domicílio eleitoral em Belo Horizonte. A votação acontece mediante o número do título de eleitor.

Segundo BELO HORIZONTE (2007, p.4) as motivações para a criação desta modalidade de participação eletrônica foram:

[...] a incorporação e envolvimento de novos atores aos processos participativos e decisórios da cidade através de um mecanismo que permitisse efetivamente a participação e a validação de votos que viessem por meio digital [...] pretendeu-se promover a expansão da participação popular, divulgar o OP para camadas da população que normalmente não se envolvem em seus processos, tais como setores da classe média e a juventude e incidir também na promoção da inclusão digital utilizando os recursos que a internet possibilita.

O OPD é uma modalidade que ainda está em fase de construção, mas demonstra que tem um grande potencial em termos quantitativos de participação, como exposto em outras seções deste trabalho. Trata-se de uma experiência recente que em sua curta história já chama a atenção por seus números.

4.1 Metodologia do OP Digital

O processo de criação do OP Digital foi realizado da seguinte forma: (1) inicialmente foi criado um grupo de trabalho na prefeitura de BH para planejamento do processo, desenvolvimento de metodologia de divulgação, do sistema de votação, etc. (2) foi realizada um pré-seleção de 63 empreendimentos (7 em cada regional) de acordo com a sua abrangência e relevância social; (3) os empreendimentos foram apresentados às COMFORÇA de cada regional para que fossem indicados três empreendimentos; (4) foi feita a apresentação do OP Digital pelo prefeito na abertura do OP Regional de 2007/2008; (5) foi estabelecida uma parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) para fornecimento do banco de dados dos eleitores para fins de validação e acesso dos cidadãos ao site do OPD; (6) campanhas de divulgação e instalação dos equipamentos para votação em diversos pontos da cidade; (7) votação e apuração dos resultados; (8) inclusão dos empreendimentos escolhidos através do OP Digital no Plano Municipal de Prioridades Orçamentárias do OP Regional 2007/2008; (8) divulgação dos resultados para a população (BELO HORIZONTE, 2007).

O processo de votação é simples: o cidadão acessa o site, lança o número do título de eleitor e seleciona a obra que quer votar. O processo de votação por telefone segue lógica similar. O *website* informa em tempo real o placar da votação contabilizando os votos pela internet, pelo telefone e por regional (NABUCO, 2008).

Para permitir um acesso amplo às modalidades de votação, a prefeitura se mobilizou para diversificar os postos de informação e de votação. Além da mobilização da prefeitura várias pessoas se organizaram para prover locais de votação. Até o momento foram realizadas duas votações através da modalidade do OPD. A primeira em 2006 tinha como objetivo escolher uma grande obra por regional. A segunda votação em 2008 foi referente à escolha de uma grande obra viária para a cidade em um grupo de 5 opções.

4.2 Resultados e Participação no OPD

Em termos de capilaridade geográfica e números absolutos de participação o OP Digital sem dúvida chama a atenção. “Ao final do processo de votação foram contabilizadas 217.655 visitas ao *Website*, 593 *e-mails* enviados (“Fale Conosco”), na “Opinião do Cidadão” foram postadas 1950 mensagens e 30.035 usuários indicaram o site a um conhecido” (BELO HORIZONTE, 2008b).

Segundo BELO HORIZONTE (2008b, p.15) o processo de votação “teve início no dia 11 de novembro de 2008 sendo encerrado em 08 de dezembro do mesmo ano. Durante estes 27 dias foram registradas [visitas], provenientes de 69 países”. O detalhamento do acesso internacional é apresentado através do quadro abaixo:

Com uma votação expressiva para uma experiência que esta em sua segunda edição um dos principais objetivos da prefeitura foi atingido: o alargamento da participação (considerando os votantes no OP Digital).

Segundo Cunha, Allegretti e Matias (2007) a participação OP “presencial” em BH foi caracterizada, em termos de quantidade de participantes, ao longo dos anos pela inconstância. Neste sentido o OPD consistiu em um avanço quantitativo fantástico em termo de números absolutos de participação. O chamado OP Regional referente ao período de 1994 até 2008 e registrou mais de 302 mil participantes. O OP Habitação (uma modalidade presencial, especificamente destinada a temas habitacionais) referente ao período de 1996 a 2008 e registrou mais de 40 mil participantes. Já o OPD em apenas uma votação (referente ao ciclo orçamentário 2007/2008) registrou mais de 172 mil participantes.

Esta tentativa de alargamento não possui um cunho somente quantitativo, mas também tinha intenção de atingir novos públicos que por razões diversas (não dispunham de tempo para participar das assembleias, o local dos debates eram afastados de suas residências, etc) não participavam do OP Regional. Em especial os jovens que estavam até então, dramaticamente ausentes no processo.

5. Discussão e Apontamentos Conclusivos

O OP Digital, que ainda não é uma experiência madura, chama atenção, principalmente por seus números: aproximadamente 10% da base eleitoral de Belo Horizonte e um acesso ao site a partir de vários países com muita exposição nas mídias de massa. Um olhar desavisado pode sugerir que a visão exposta por Gomes (2007) da

separação do *demos* (povo) e do *krátia* (governo, poder) estaria sendo superada na medida em que mais pessoas se aproximam do governo. Não é bem assim. Ao menos é o que se nota a partir do detalhamento desta experiência democrática do OPD e com os poucos elementos e pesquisas existentes sobre o tema.

Para que exista uma real integração entre o *demos* e a *krátia*, principalmente a partir de experiências como o OPD é fundamental que algumas limitações estruturais do atual modelo de democracia representativa hegemônica, sejam ultrapassadas, quais sejam: (a) tecnoburocracia (decisões são centralizadas e técnicas, baseadas em uma burocracia weberiana. Somente os especialistas detêm conhecimento para a tomada de decisões, o povo deve ser afastado do processo decisional, pois não tem conhecimento técnico); (b) procedimentalismo (aonde a organização e a definição das regras do processo participativo vêm de cima para baixo e a participação é vista como consulta – no máximo); (c) controle social (que no modelo democrático representativo é muito limitado – quando existe).

Para Boaventura de Sousa Santos (2002) alguns indicadores de que a democracia é plenamente vivenciada e o povo, de fato, se aproxima do governo e do poder, seriam a tecnodemocracia (em oposição à tecnoburocracia) onde a decisão é uma mescla de critérios técnicos e populares (a opinião da população é ouvida e considerada); o participacionismo (em oposição ao procedimentalismo) onde as regras do processo participativo são definidas conjuntamente entre a população e o governo, a participação é vista como deliberação e se possibilita um processo auto-organizativo; e o controle social ocorre de modo permanente e em várias etapas dos serviços/obras públicas.

Nas primeiras experiências do OP, nas fases iniciais, existem pistas de que estas características seriam atendidas e mesmo a literatura referenda tal idéia (SANTOS, 2002; AVRTZER, 2006; MARQUETTI et al, 2008), ainda que com algumas ressalvas (ABREU, 2009; NOGUEIRA, 2005). Nas fases iniciais existia um nítido fortalecimento do *civis* e da *civitas*, Pires (1999, p.70) afirmou que o OP “é uma oportunidade para a tomada de consciência que abre alas para a cidadania”. Se este “sentimento” emana de trabalhos sobre as primeiras iniciativas do orçamento participativo, o mesmo não pode ser afirmado no caso da versão digital desta experiência, até por que ainda são escassas as pesquisas sobre o OPD, o que justifica este trabalho.

Este estudo mostrou que por trás dos números do OPD existe uma experiência de baixa intensidade democrática. Nota-se isso pelo fato de que a tecnodemocracia, o participacionismo e o controle social são fracamente percebidos no estudo realizado, e principalmente por que não existe um processo de debate mais intenso e de negociação de demandas entre os cidadãos (*civis*) sobre os problemas da cidade (*urb*) com o governo, o poder instituído (*krátia*) como ocorre no OP presencial.

Acredita-se que um passo foi dado no sentido de teorizar e conceituar uma iniciativa de participação democrática via internet. Muito ainda deve ser feito no sentido de aprimoramento do OPD e muito ainda deve ser pesquisado sobre democracia eletrônica ainda mais aplicada a uma experiência presencial já consagrada. Este trabalho constituiu em um esforço para, através de um viés da teoria democrática, analisar uma experiência de e-democracy. Deixando de lado as descrições de cunho meramente técnicoⁱⁱⁱ e análises focadas exclusivamente na tecnologia pretendeu-se imprimir um caráter ideológico para uma arena de embates tão efervescente que é caracterizada pela participação popular através da internet.

Admite-se que este estudo foi limitado em termos de tempo de análise, de existência

da experiência e mesmo seu alcance. Após este primeiro passo dado para conhecer detalhadamente o OP Digital, um próximo estudo que seria importante para desvendar outras faces desta participação eletrônica diz respeito ao perfil do votante no OPD. Outras possíveis questões em futuras pesquisas: O OPD influencia positivamente a participação do OP Regional? O OPD inclui novos atores no processo participativo do OP Regional? Quem participa do OP Digital? Isso poderá esclarecer, por exemplo, se está se falando de uma experiência combinada entre o OP Regional e o Digital que supera as barreiras da exclusão digital. Ou então se está se criando dois orçamentos participativos distintos: uma para uma classe dominada tentar fazer valer sua opinião e sua voz e outro para que uma pequena elite participe de uma consulta digital. Esta também seria uma idéia passível de investigação posterior.

O que ficou claro com este estudo é que o potencial latente das tecnologias da informação foi apropriado pelo OP Digital. Entretanto pelas características que foram observadas nesta experiência é possível que até o nome “orçamento participativo” soe inadequado, haja vista que esta iniciativa pouco tem a ver com a concepção original de um OP e menos ainda com sua dinâmica e sua prática. Neste sentido, mais pesquisas devem ser empreendidas do mesmo modo que, mais experimentações democráticas também devem ser realizadas, caso contrário, corre-se o risco de se cair em um instrumentalismo destas iniciativas de *e-democracy* e, nestes casos, mais participação não necessariamente quer dizer mais democracia.

Referências Bibliográficas

- ABREU, J. C. A. **Democracia, hegemonia e Internet: Um Estudo de Caso sobre Orçamento Participativo Digital**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- AVRITZER, L. **A Moralidade da Democracia: uma Interpretação Habermasiana**. Ed. Perspectiva – UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- AVRITZER, L. **A relevância política da participação popular**. Le Monde Diplomatique Brasil, Março de 2009.
- AVRITZER, L. **Sociedade Civil e Participação Social no Brasil**. DCE/UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte. **Anuário estatístico 2008**, Belo Horizonte, 2008a.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Relatório da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento**, Belo Horizonte, 2008b.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Relatório do Prêmio do Observatório de Democracia Participativa - OIDP**, Belo Horizonte, 2007.
- CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2007.
- CUNHA, E; ALLEGRETTI, G; MATIAS, M. **As Tecnologias de Informação e Comunicação na gramática dos Orçamentos Participativos: tensões e desafios de uma abordagem essencialmente subordinada**. Evento COMPOLITICA, Belo Horizonte, 2007.
- DAHLGREN, P. **The Public Sphere and the Net**. In: BENNETT, W. L. e ENTMAN, R. M. (Org.) *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 33-55.

- DUTRA, O. e BENEVIDES, M. V. **Orçamento Participativo e Socialismo**. Ed. Perseu Abramo, São Paulo, 2001.
- ECO, U. **Apocalípticos e Integrados**. Editora Perspectiva, Brasil, 2006.
- FARIA, A e PRADO, O. **Orçamento Participativo Interativo**. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. FGV-SP, São Paulo, 2003.
- FEDOZZI, L. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre** – análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2007.
- FREITAG, B. e ROUANET, S. P. (Orgs). **Habermas**. Ed. Ática, São Paulo, 2001.
- GENRO, T. **Crise da Democracia: Direito, Democracia direta e Neoliberalismo na Ordem Global**. Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 2002
- GOMES, W. **Democracia Digital: Que Democracia?** Anais do Congresso Comunicação e Política, Belo Horizonte, 2007. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_ip-wilson.pdf acessado em 12-01-09.
- GOMES, W. **Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas**. Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura - V ENLEPICC (2005).
- GOMES, W. **Uma Agenda de Pesquisa sobre “Democracia Digital”**. Anais da IV Jornada de Comunicação e Democracia. Belo Horizonte, 2007b.
- GONÇALVES, H. L. **Uma visão crítica do Orçamento Participativo**. Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2005.
- HACKER, K. L. **The potential of computer-mediated communication (CMC) for political structuration**. *Javnost-The Public*, 11(1), 5–25.2004.
- LEVY, P. **O que é o virtual**. Ed. 34, São Paulo, 2003.
- LILLEKER, D. G. and JACKSON, N. **Review Article: Politics, Citizens and Cyberspace**. *European Journal of Communication* 2004; 19; 403. Disponível em <http://ejc.sagepub.com> acesso em 12-02-09.
- LOJKINE, J. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- MARQUETTI, A. *et al.*(Org) **Democracia Participativa e Redistribuição: Análise de Experiências de Orçamento Participativo**. Ed. Xamã, São Paulo, 2008.
- NABUCO, A. L. **Democracia eletrônica: Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte**. Seminário Internacional do Orçamento Participativo, Belo Horizonte, 2008.
- NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática**. Ed. Cortez, São Paulo, 2005.
- NUNES, J. A. **Da democracia técnica à cidadania cognitiva: a experimentação democrática nas “sociedades do conhecimento”**. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2006.
- OLIVEIRA, F de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.
- PINHO, J. A. G e WINKLER, I. **Dabliu, Dabliu, Dabliu: Sociedade da Informação. Que informação?** Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Administração – ANPAD, Rio de Janeiro, 2007.

- PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**. RAP – Rio de Janeiro 42(3):471-93, maio/jun. 2008.
- PIRES, R. R. C. **Orçamento Participativo e Planejamento Municipal**: Uma análise neoinstitucional a partir do caso de Belo Horizonte. Monografia Administração Pública, Fundação João Pinheiro, BH, 2001.
- PIRES, V. **Participação da sociedade nos processos orçamentários**: a experiência brasileira recente. Tesouro Nacional, Monografia, Brasília, 2000.
- RAMOS, A Guerreiro, **A nova ciência das organizações** – uma reconceituação da riqueza das nações, Ed. FGV, São Paulo, 1989.
- REZENDE, D.; FREY, K; BETINI, R. C. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana**. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, 2006.
- RODGERS, J., **Spatializing International Politics: Analysing Activism on the internet**. Routledge, Nova Iorque, 2003.
- ROSAS, F. e SANTOS, B. S. **Pela mão de Marx: Mercado, Estado e Sociedade Civil no Século XXI**. Seminário FEUC – CES, Coimbra, 16-01-09, Portugal 2009.
- ROTHBERG, D. **Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica**. Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.149-172.
- SANCHEZ, F. **Orçamento Participativo: Teoria e Prática**. Ed. Cortez, São Paulo, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos).
- SILVA, S. **Participação política e Internet: propondo uma análise teórico-metodológica a partir de quatro conglomerado de fatores**. Trabalho apresentado no GT Internet e Política do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.
- SUBIRATS, J. **Los Dilemas de una relacion inevitable. Innovacion democrática y tecnologias de La informacion y de La comunicacion**. Universidad Autónoma de Barcelona, 2002. Disponível em <http://www.democraciaweb.org/subirats.PDF>. Acesso em 10-03-2009.
- WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo** – a Renovação do Materialismo histórico. Ed. Boitempo, SP, 2003.

ⁱ Gomes (2007, p.1-2) afirma que “em língua portuguesa, porém, a expressão mais adotada é “democracia digital”, com 4 vezes (209.000) mais respostas do que a segunda alternativa, “ciberdemocracia”, seguida, a muito boa distância, por “democracia virtual” e, por último, “democracia eletrônica”. Dada a miscelânea da terminologia, as expressões serão utilizadas neste trabalho como correlatos juntamente com seus equivalentes em inglês.

ⁱⁱ Umberto Eco goza de grande notoriedade em áreas de pesquisa como a semiótica além de ser um crítico da velocidade e do amplo fluxo de informações da atualidade. Uma de suas obras mais polêmicas e debatidas nesta área é “Apocalípticos e Integrados”. A afirmação de Eco utilizada no texto tem origem em uma entrevista concedida ao Jornal El País e reproduzida pelo jornal A Folha de São Paulo. Disponível no link <<http://www1.folha.uol.com.br/foalha/informatica/ult124u400939.shtml>> acessado em 19-02-09.

ⁱⁱⁱ Entendam-se como análises de cunho técnico aquelas focadas na ferramenta como, por exemplo, princípios de usabilidade, interatividade bilateral e multilateral, provisão de informações etc. De forma alguma se nega a importância de estudos desta natureza, porém alerta-se para a necessidade de outros olhares sobre as práticas de democracia digital.